

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2006:** _____

---Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
José Luís da Silva Ribeiro;
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
Sílvio de Azevedo Abreu, foi representado pelo Sr. António Benjamim da Costa Pereira
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
Abílio Cepa Cerqueira, foi representado pelo Sr. José António Sampaio Brás Lima
José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho foi representado pelo Sr. Manuel Gonzaga Batista e
António Carlos Vieira da Silva

---Sendo vinte e uma horas e vinte minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em

representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:
João Maria de Sousa Nunes da Silva, Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, Manuel Sérgio
Miranda Zão e Vítor Manuel da Silva Faria.-----

---Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida: -----
Carta do Sr. Presidente da República a agradecer o voto de congratulação; Ofício sobre a
Revisão do PDM; Ofício do Conselho Municipal da Educação; Carta do Sr. Primeiro Ministro
José Sócrates e o Relatório de Contas da Valimar.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Foi apresentado pelo Partido Socialista um voto de pesar pelo falecimento da mãe de António
Luís Faria Costa Ribeiro.-----

A Coligação da CDU apresentou um voto de pesar pelo falecimento da Rosete Anciães
Monteiro.-----

Orlando Capitão procedeu à leitura da seguinte intervenção: *“Nestes últimos tempos tem sido
referida com alguma frequência a necessidade de rever o Plano Director Municipal de
Esposende. Já no Plano de Actividades para o corrente ano, aprovado por esta Assembleia na
Sessão Extraordinária de 28 de Dezembro de 2005, a Câmara Municipal previa para este ano
de 2006 a “conclusão do processo de revisão do Plano Director Municipal”.*-----

*Em ofício datado de 13 de Maio último, o Director do Departamento de Administração Geral
convidava-nos a emitir sugestões e opiniões no âmbito desse processo de revisão, solicitando
que essas sugestões fossem entregues “até ao final da segunda quinzena do mês de Abril”. A
acompanhar este ofício, foi-nos enviada uma fotocópia do Regulamento do Plano ainda em
vigor.*-----

*Mais tarde, fomos convidados pelos Senhor Presidente da Câmara para uma reunião de
trabalho, a realizar no dia 10 de Abril, com vista à obtenção de contributos de eleitos locais
para esse processo de revisão, reunião que veio a ser cancelada.*-----

*Ao debruçar-me sobre o assunto verifiquei que “o regime de elaboração, aprovação, execução
e avaliação dos instrumentos de gestão territorial” foi profundamente alterado pelo Decreto-
Lei n.º 380/99. Não faria sentido, por isso emitir opinião ou dar sugestões relativamente a um
Plano Director aprovado na vigência de uma lei entretanto revogada.*-----

*Aproveito este momento – e acho que ainda vou a tempo, dado que ainda não chegamos ao
final da segunda quinzena de Abril – para dizer que penso que o Plano Director Municipal de
Esposende, que é de elaboração obrigatória, deve respeitar, na íntegra, o objecto definido
pelo art.º 84.º do Decreto-Lei n.º 380/99 e obedecer ao conteúdo material e documental
referido nos artigos 85.º e 86.º do mesmo diploma legal.*-----

*E acrescentarei que, em meu entender, o Plano Director não basta. Por muito bem elaborado
que seja, não dá grande segurança e deixa muitas incertezas aos munícipes. Os munícipes*

*precisam de saber o que é previsto para o meio em que vivem, que utilização podem vir a ter quer os seus terrenos quer os vizinhos.-----
Isto só será conseguido com a elaboração de dois outros instrumentos previstos e regulados pelo mesmo Decreto-Lei: os planos de urbanização e os planos de pormenor, com o seu objecto e conteúdos perfeitamente definidos nos artigos 87.º a 92.º.-----
É com estes planos, sobretudo com os planos de pormenor, que toda a gestão urbanística fica em condições de decorrer, perfeitamente às claras e sem qualquer sobressalto. A apreciação dos processos será mais fácil e mais célere.-----
Com esses instrumentos, um munícipe, quando requerer uma licença agirá com plena consciência de que está a despoletar o exercício de um direito, que é seu. Não está a atirar barro à parede, a ver se pega. E não se atreverá a pedir aquilo que as normas legais e regulamentares não permitem, até porque tem plena consciência de que os seus conterrâneos – e designadamente os seus vizinhos – também conhecem os seus direitos.-----
Espero que a Câmara Municipal de Esposende avance – e rapidamente – com a elaboração destes instrumentos urbanísticos, com total abertura, a maior participação possível dos órgãos municipais e dos próprios cidadãos e ainda com ampla publicidade.” Segue-se data e assinatura.-----*

Maranhão Peixoto procedeu à leitura da seguinte intervenção: Voto de protesto “*A fragilidade do nosso litoral acentua-se, assustadoramente, de dia para dia. As situações de ruptura no débil cordão dunar multiplicam-se e agravam-se a cada minuto que passa. A tragédia eminente paira em S. Bartolomeu do Mar, em Rio de Moinhos, freguesia de Marinhãs, e na Restinga, aqui à nossa frente, na cara da nossa Cidade.-----
Esta temática poderá começar a parecer por demais recorrente para muitos, dado o número de vezes que aqui tem sido focada, a atenção específica que há mais de uma década e meia vimos reivindicando e as promessas proclamadas e adiadas de sucessivos governos.
Por muito que nos esforcemos, fazendo mesmo render o mais elevado benefício da dívida humanamente concedido, não conseguimos entender o autismo, o silêncio angustiante e o esquecimento vil a que os centros decisores da macrocéfala capital governativa tentam fazer votar o nosso litoral.-----
Torna-se incompreensível a insensibilidade latente para o constante adiar da atenuação/resolução destes problemas, do deixar correr o tempo sem que qualquer acção se vislumbre, apesar dos constantes apelos desta Assembleia, das diligências do senhor Presidente da Câmara e da programação do Parque Natural do Litoral Norte.-----
Ainda recentemente aqui focamos os perigos que se multiplicam e os dramas que intervenções prioritárias, de reordenamento do espaço e de combate à forte erosão, podem evitar.-----
Continuamos a exigir a acção imediata das entidades competentes, enquanto é tempo, pois, além de bens está cada dia mais em causa a segurança de pessoas.-----
Tememos que ao remeter a nossa postura para o desígnio popular de “água mole em pedra dura, tanto dá até que fura ” não consigamos ir a tempo de evitar a catástrofe.-----
Assim, face ao desinteresse reinante de quem tem o dever e o poder de decidir, pensamos que é chegada a hora de assumirmos uma posição mais enérgica.-----
As Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional já foram apresentadas há três meses. Face à economia do conhecimento existente e às acções*

prioritárias planificadas pelo Parque Natural do Litoral Norte são de esperar intervenções reais nos próximos noventa dias, antes que seja tarde demais.-----
Propomos que este projecto seja enviado ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e que o agora redenominado Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., crie as condições necessárias para efectivas e urgentes intervenções em S. Bartolomeu do Mar, Rio de Moinhos e na Restinga.”
Segue-se data e assinatura.-----

Manuel Carvoeiro apresentou a seguinte recomendação: -----
“Em 14 de Maio de 2003, o deputado da Assembleia da República, Honório Novo, através do Requerimento n.º 2189/IX – AC, depois de visitar a Necrópole de Fão, requereu, então ao Governo, através do Ministério da Cultura que lhe fossem prestadas as seguintes informações:
“Que tipo de relação funcional e administrativa, existe entre o Ministério da Cultura e a chamada Necrópole de Fão?”-----

Nesse contexto, que obrigações existem da parte do Governo para a total exploração arqueológica do local, para a recuperação e conservação do que eu está a descoberto, e para a divulgação cultural do património aí localizado?”-----

“ Que papel, desempenha, ou não, o Ministério da Cultura no licenciamento de construções a implantar nas imediações?”-----

Em resposta ao referido requerimento a Chefe de Gabinete do, então, Sr. Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta informou:-----

“(…) actualmente, não existe uma relação funcional e administrativa entre o Ministério da Cultura e a Necrópole de Fão, uma vez que a mesma não foi alvo de qualquer proposta de classificação. Igualmente, não existe no Instituto Português de Arqueologia (IPA) nenhum documento relativo à Necrópole de Fão, nem mesmo, um relatório sobre os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na década de 90, existindo, contudo, publicações sobre a mesma, designadamente no Boletim Municipal da Câmara Municipal de Esposende. Desconhece-se, ainda, a quem pertence o terreno”.-----

“Uma vez que não existe uma classificação oficial da Necrópole em causa, o Ministério da Cultura não tem acção directa sobre projectos de licenciamento de construções na sua imediação, na medida em que, como define a lei, um monumento classificado ou em vias de classificação beneficia, a priori, de uma zona de protecção de 50 metros, ficando, assim, o monumento sujeito às normas estabelecidas no Plano Director Municipal de Esposende.”---

Colhemos destas informações que **a classificação deste sítio arqueológico, como contexto de interesse Nacional ou Municipal, constitui um passo de grande importância, no sentido da sua preservação, impedindo, desde logo, que interesses especulativos imobiliários ponham em causa a salvaguarda deste património.** A sua preservação não se compadece com medidas que viabilizem construções no seu espaço de localização ou nos espaços contíguos, até porque aquilo que está a descoberto constitui, certamente, uma ínfima parte do todo que corporiza esta Necrópole.-----

Estamos perante um contexto arqueológico de grande valor, em primeira linha para a Vila de Fão, e, necessariamente, para o nosso concelho. Trata-se de um património que já foi alvo de estudos académicos plasmados, concretamente, numa tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Coimbra. Do mesmo passo, quer o Arqueólogo, Professor Doutor Brochado

de Almeida, quer o Geólogo, Professor Doutor Gaspar de Carvalho, já referiram, em documentos escritos ou em sessões públicas, a riqueza e importância desta Necrópole.-----
Ademais, é justo reconhecê-lo, nesta Assembleia Municipal, pontificam Deputados, desde logo, na bancada da maioria que, em virtude da sua formação académica e actividade profissional, nutrem, pelas matérias ligadas ao nosso património cultural e arqueológico, um elevado carinho que, estou certo, não deixará de se notar mais uma vez.-----
Neste sentido, consciente da urgência em avançar com medidas tendentes à preservação da Necrópole de Fão, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em 27 de Abril de 2006, delibera:-----

-Recomendar à Câmara Municipal de Esposende que, com a máxima urgência, desencadeie o processo tendente à apresentação de uma proposta de classificação da Necrópole de Fão como monumento de interesse Nacional ou Municipal.” Segue-se data e assinatura.-----

De seguida apresentou a seguinte declaração política: “ *1- Durante dez anos esteve em vigor o Plano Director Municipal do Concelho de Esposende. Tal documento, concebido no contexto da primeira geração de PDMs, obedeceu, no fundamental, a um pensamento ideológico neo-liberal e a uma lógica de especulação imobiliária. Afirmámos, desde a primeira hora, que a concepção do PDM para Esposende não obedecia a critérios de planeamento integrado, visando o desenvolvimento concelhio nas suas múltiplas vertentes. É este PDM que agora se encontra em processo de revisão. Mas rever para quê? Rever para manter os mesmos quadros conceptuais, isto é a dominância neo-liberal e a lógica especulativa imobiliária? Ou, rever para mudar? Para nós, CDU, a opção terá de ser pela mudança efectiva. Mudança no sentido de olhar o PDM como um verdadeiro instrumento, no quadro de um planeamento integrado, de qualificação e requalificação do nosso concelho e em benefício do interesse da Comunidade.*-----

O Processo de revisão ora encetada enferma, ab initio, de uma lacuna que, se não for colmatada, com a máxima urgência, transformará o futuro PDM num mero decalque do que vigorou. Refiro a inexistência de uma avaliação aprofundada do impacto do primeiro PDM. Avaliação que só será útil se profundamente participada. Justifica-se, pois, olhar para trás e, assim, avaliar os constrangimentos eventualmente surgidos e, então, a partir daí, avançar no processo de revisão. Ora, este trabalho não foi, ainda, efectuado. Por isso, a revisão em curso, sem a efectivação do primeiro momento referido – avaliação do 1.º PDM, configura um procedimento metodológico de elevada fragilidade, com tudo o que poderá configurar de negativo.-----

2 – Emerge, também, nesta declaração política abordar a problemática das obras na Ponte de Fão e todas as questões conexas com tal assunto. Todos sabemos que, em resultado destas obras, necessárias, a população de Fão está a ser sujeita a encargos acrescidos no plano da sua mobilidade, isto é, nas deslocações, concretamente para Esposende e vice-versa. O percurso pela A28 significa mais 28 Km nos dois sentidos e, conseqüentemente, o aumento da despesa com combustíveis. A maior parte das pessoas sujeitas a esta situação não consegue suportar tais encargos. Esta é uma realidade nua e crua. Por isso, utilizam o corredor destinado para tractores e velocípedes. Não o fazem para contemplar as zonas de mato e pinhal que ladeiam tal atalho. Não! Fazem-no por necessidade. E sendo do conhecimento de todos que este “corredor” está a ser massivamente utilizado pelas razões aludidas, então por

que não é tal facto assumido, claramente, pela Câmara Municipal e pela Estradas de Portugal, criando tais Entidades as condições mínimas para a circulação no referido percurso, isto é, melhorando o piso que neste momento se encontra em péssimas condições? Esta é uma reivindicação, principalmente, do povo de Fão, perante a qual a Câmara de Esposende não pode fazer orelhas moucas.-----

3 – Em recentes contactos estabelecidos com alguns professores que trabalham nas escolas do nosso Concelho, concretamente, nas EB2,3 e Escola Secundária, fui informado sobre o aumento das taxas de insucesso e abandono escolar. Esta problemática deve mobilizar a atenção de todos. No entanto, a Câmara Municipal tem, nesta matéria, uma responsabilidade acrescida. Importa avançar com um trabalho que permita sinalizar as causas do insucesso e abandono e, em conformidade, adoptar, em rede, as estratégias consideradas adequadas para por termo a tais problemas. E uma das medidas que emerge, neste âmbito, é a concepção e implementação do Projecto Educativo Municipal.-----

4 – Emerge, também, referir, mais uma vez a falta de mecanismos de segurança, controlo e vigilância nas entradas de muitos JI e EB1 do nosso Concelho. Este facto negativo reclama a adopção de medidas tendentes à sua resolução com a máxima urgência.-----

5 – É mister mencionar a inexistência de uma programação cultural que permita a fruição, por parte dos habitantes do nosso concelho, bem como por aqueles que de fora nos visitam, de várias expressões artísticas. Não quero afirmar que nada se faz. Se esta fosse a minha intencionalidade estava a ser profundamente injusto. O que pretendo é, de forma responsável e realista, dizer que as realizações que vão acontecendo surgem, muitas vezes, de forma desgarrada e, praticamente, só na cidade de Esposende. Não há, pois, um trabalho de programação cultural com o timbre da continuidade, efectividade, diversidade e descentralização pelas várias freguesias do concelho.-----

6 – Por último, refiro, profundamente desalentado, o total abandono a que estão votados, por parte do Poder Central, os Pescadores do Concelho de Esposende. O Governo deve assumir, de uma vez por todas, se quer ou não acabar com a actividade piscatória, já residual, nesta terra voltada para o mar. A CDU continuará solidária com as reivindicações dos Pescadores, cuja concretização, desde logo, a construção da barra, significará um forte impulso para o desenvolvimento do nosso concelho.” Segue-se data e assinatura.-----

Luís Basto apresentou a seguinte proposta:-----

“Em Julho de 1982 foi iniciada a publicação do Boletim Cultural de Esposende com o objectivo de ser um meio para o desenvolvimento cultural deste Concelho e de divulgação dos valores históricos, sociais e culturais em diversas áreas da nossa sociedade.-----

Ao longo dos seus 22 números, que de início tiveram periodicidade semestral, e posteriormente anual, foram publicados diversos trabalhos de investigação com enorme interesse para o nosso Concelho em diversas áreas nomeadamente História e Etnografia. Com o decorrer dos anos esta publicação foi-se tornando menos frequente, tendo sido editado o último número em Novembro de 2002.-----

Propomos que sejam feitos esforços no sentido de ser reactivada a publicação do Boletim Cultural de Esposende, e estimulada a colaboração bem como a actividade de investigação com o objectivo de o manter com uma periodicidade, no mínimo, anual.” Segue-se data e assinatura.-----

Penteado Neiva interveio na defesa de honra, atendendo a que desempenhou funções de Vereador sobre a Necrópole de Fão afirmou que está classificada pelo PDM e não pelo Ministério da Cultura. Estes organismos classificam e abandonam a Câmara Municipal investiga e dá a conhecer. Está em terreno privado, o que cria dificuldades. A Necrópole apresenta a aparência de abandono – não é o caso – é um monumento difícil de preservar sem cobertura a Câmara Municipal está a lutar pela musealização do espaço, que permitirá o estudo dos respectivos achados.-----

Não se podem utilizar químicos para evitar o crescimento de plantas, o seu uso impediria futuras análises aos esqueletos.-----

Só quando acompanhados por técnicos, as visitas compreendem o valor, considerado o melhor da Península Ibérica.-----

Se for classificado, as condições de visitas serão dificultadas.-----

Sempre que o Dr. Brochado fez escavações foi com autorização do IPPAR e portanto esses relatórios eram enviados. Lamento que essa informação tenha sido dada junto do Ministério da Cultura.-----

Mais referiu que a área está perfeitamente delimitada.-----

Se a Câmara Municipal conseguiu resolver a situação com os proprietários do terreno, é necessário equilíbrio entre o interesse particular e o interesse do Município. -----

Desde os anos 20 que se conhece o local quando apareceram os primeiros vestígios.-----

Neiva apresentou o seguinte voto de protesto: *“O Ministério da Saúde assinou no passado dia catorze de Março, um despacho que determinou o encerramento, até trinta de Junho, de algumas maternidades do País.-----*

Essa medida atingiu a do Hospital de Santa Maria Maior de Barcelos que é, como todos sabem, o hospital público de referência da população do concelho de Esposende e todos os seus municípios, mormente aqueles cuja situação económica é mais desfavorecida e, por isso, não podem recorrer às unidades privadas de saúde. A intenção de fazer deslocar as parturientes para o Hospital de S. Marcos em Braga está provado não ser uma medida acertada pois esta unidade também não tem condições para receber este valor acrescido, obrigando mesmo a que o Governo, de uma forma atrapalhada, realize obras que minimizem esta nova situação. Além disso cresce ainda um conjunto de inconvenientes, quer para as parturientes, para os bebés, quer mesmo para as famílias que pensamos não se enquadrar minimamente no espírito social que este Governo apregoa a boca cheia.-----

O Grupo Parlamentar do PSD desta Assembleia Municipal, associando-se ao Voto de Protesto já aprovado na Câmara Municipal em 16 de Março de 2006, propõe seja exarado e votado um VOTO DE PROTESTO contra o encerramento da Maternidade do Hospital de Santa Maria Maior de Barcelos e que do mesmo seja dado a conhecer ao Senhor Ministro da Saúde.”
Segue-se data e assinatura.-----

Tomou a palavra António Pilar dizendo que existe um espelho de água no Largo da Siloca há vários anos e que nunca funcionou, solicitou que tomem a iniciativa de o por a funcionar ou encerrar.-----

Na rua 19 de Agosto não se pode transitar nos passeios, pois as raízes elevaram o pavimento, o que não apresenta condições.-----

Entre a IC1 e o Lidl só há iluminação nas rotundas, entre as rotundas, nestes tempos actuais torna-se perigoso circular onde não há iluminação entre os limites da cidade e as suas

proximidades. Assim, pediu que tomassem a iniciativa de alterar aquelas condições.-----
Na Rua Vasco da Gama há um rego hidráulico que acaba nesta rua está em muito mau estado, podia-se canalizar as águas, pavimentar e criar uma zona pedonal.-----
Tomou a palavra José Felgueiras, declarando que se solidariza com a posição de Maranhão Peixoto sobre a costa de Esposende, e solicitou que a preocupação se concentre nas ameaças concretas que a Orla Costeira enfrenta.-----
O conhecimento dos anos 60, os presidentes que já passaram por esta Câmara Municipal já tiveram propostas de transformar Esposende em estância turística de valor.-----
As prioridades que foram seguidas desde o 25 de Abril foram as necessidades básicas, esquecendo que o turismo é a nossa “galinha dos ovos de ouro”. Já recebemos dinheiro da zona de jogo da Póvoa. Estamos na zona do Alto Minho, para a qual só contribuímos e na qual não recebemos nada. Na região de turismo do Alto Minho somos uma espécie de apêndice.-----
Gostava de saber se depois de termos tido tantas reuniões, Agenda 21, e outras, qual é a nossa estratégia. O que sei é que nós temos potencialidades e temos o produto, temos tudo o que é necessário então o que nos falta? Depois de tantos debates qual é a estratégia de desenvolvimento concreto para Esposende? É o turismo, é o ambiente, é a indústria?-----
A solenidade da Semana Santa realiza-se desde há 400 anos, agora temos os hotéis a abarrotar, não se vê em Esposende, Rua direita e Ribeira, não se vê um turista. A Câmara Municipal este ano até se esmerou nos desdobráveis, tentando cativar. Desejo que a Câmara Municipal deixe de ter como calcanhar de Aquiles o turismo. Se é para apostar no turismo, há que ir buscar quem entende de turismo. Os turistas vão para Viana, Porto ou Barcelos. Qual é o impacto das taxas de turismo nas contas municipais.-----
Estarei sempre para colaborar no engrandecimento de Esposende, a fim de fazer de Esposende conhecido, pelas melhores razões, temos coisas boas como a juventude, as jornadas do Ambiente, Torneio de Marinhas.-----
Afonso Novo comentou a forma como é dado tratamento aos elementos da Assembleia Municipal, diferenciando-os dos membros da Câmara Municipal. Comentou a não comemoração do 25 de Abril, conforme deliberação da Assembleia Municipal. Comentou que há muitos outros dias feriados que não foram comemorados. O 19 de Agosto é o feriado municipal e aí é comemorado com todas as honras. Fico triste, sou de Fonte Boa, porque só Fão é que sofre por causa da Ponte, em Rio Tinto, Fonte Boa e Apúlia não existem na mente das pessoas como problema. -----
Interveio José Luís Ribeiro e declarou que intervinha como membro do PS e como cidadão, referindo-se ao encerramento da maternidade de Barcelos que caracterizava a sociedade portuguesa. Mais referindo que só acredita quando fechar, pois não há razão nenhuma a não ser por razões economicistas.-----
Faz-se racios para maternidades, e não para TGV's, Estádios de Futebol, Metros. Foi onde Portugal fez mais progressos, diminuindo a alta taxa de mortalidade infantil que antes se verificava. O PSD tem atitude hipócrita, apesar dos votos de protesto, pois quer livrar-se de responsabilidades. Porque é que a Câmara Municipal não se alia à luta da Câmara de Barcelos, a fim de ter mais força no seu protesto. Não nos admiremos por ser o país mais atrasado da União Europeia e continuaremos a ser.-----
Penteado Neiva usou da palavra para defesa da honra na questão do turismo.-----
Felgueiras reduziu a questão turística ao mínimo, pois turismo é muito mais do que aquilo que se disse. Esposende nunca esteve ligada à Póvoa quanto ao turismo, recebeu apenas uma verba

da zona de jogo. Desde 1983 que faz parte da Rtam, sendo que faz parte do executivo da mesma. A Rtam tem como função promover todos os seus concelhos, trazendo para cá turistas que ocupem hotéis e vão aos restaurantes. Está mal informado e gostaria de lhe traçar o perfil do turista que visita Esposende. Até Agosto de 2005 tivemos 114 mil dormidas. A presença institucional de Francisco Sampaio na Sr.^a da Saúde e Semana Santa e é criticado como V. Ex.^a fez.-----

Intervio Felgueiras para dizer que é amigo de Sampaio e critica Sampaio por no dia seguinte ter falado na televisão de todos os temas e não se ter referido a Esposende. Eu disse que não percebo porque a Câmara Municipal faz concertos de música de grande valor e não vemos qualquer turista. Estes turistas vão para outros locais.-----

Intervio Carvoeiro dizendo com a devida vénia em relação a Penteado Neiva, devo dizer que não concordo com o que disse sobre a realidade da Necrópole de Fão. Apresentei a informação do Ministério da Cultura, é importante que aquele sítio seja classificado pelo Ministério da Cultura, pois sobre aquela zona há apetite de natureza imobiliária. Tem toda a valia que fez a recomendação que fiz a esta Assembleia Municipal.-----

Intervio Manuel Carvoeiro referindo que não gostou das afirmações sobre a não comemoração do 25 de Abril, segundo as quais todos os fascistas ficaram contentes com este chumbo, pois o chumbo desta Assembleia Municipal em relação à referida proposta é como um filho que abandona o pai. Estamos aqui por causa da democracia do 25 de Abril.-----

Intervio o Sr. Presidente da Mesa e pediu que impere o bom senso e para que todos saibamos respeitar-nos.-----

Orlando Capitão referiu que a Assembleia Municipal foi ferida na sua honra por ter votado contra a proposta de Carvoeiro.-----

Intervio Afonso Novo dizendo que houve um certo entendimento no voto de louvor a Cavaco Silva e estamos no bom caminho quando há consenso nas propostas. Não posso condescender que seja obrigatório comemorar o 25 de Abril e não posso ser discriminado por ter votado contra a proposta.-----

Intervio o Presidente da Mesa dizendo que agradecia vivamente o debate que se verificou até este momento, pois é salutar que nestas reuniões se debatem opiniões.-----

Não pode é aceitar as insinuações feitas quanto ao 25 de Abril, pois a democracia não se resume apenas ao 25 de Abril, pois enquanto todos não possam viver dignamente não se concretizarão os objectivos do 25 de Abril. As decisões em democracia são para respeitar, mas também deverá ser respeitado a opinião manifestada pela minoria, pois não me esqueço que, enquanto estudante, que o período do 25 de Abril a 13 de Março, quando a democracia só tinha um lado.-----

Afonso Novo sugeriu de que todos fossem tratados por Senhor.-----

---De seguida, foi submetida à votação o voto de pesar apresentado pelo PS, que foi aprovado por unanimidade. Foi ainda submetida a votação o voto de pesar pelo falecimento de Rosete Monteiro, que foi aprovado por unanimidade.-----

De seguida, foi submetida a votação a recomendação de Carvoeiro sobre a Necrópole de Fão, tendo sido a recomendação rejeitada por maioria absoluta dos presentes, com 14 votos contra, 9 votos a favor e nove abstenções.-----

Foi apresentada uma declaração de voto por Penteadó Neiva, em representação do PSD, nos seguintes termos “Votamos contra, não contra a classificação do monumento em si, mas contra levar a Câmara Municipal a tomar atitudes de cariz político”.-----

O Sr. Presidente da Mesa também apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei contra, porque estou cansado da intromissão do poder central no poder local”.-----

Foi de seguida submetida a votação a proposta apresentada por Maranhão Peixoto sobre a Orla Costeira, que foi aprovada pela unanimidade.-----

Foi de seguida submetida a votação a proposta apresentada pelo Sr. Luís Basto sobre o Boletim Cultural que foi aprovada por unanimidade.-----

Foi ainda submetida a votação o voto de protesto apresentado pelo Grupo Político do PSD, sobre o encerramento da maternidade de Barcelos, tendo sido aprovado por maioria absoluta dos presentes, com 26 votos a favor e 6 abstenções.-----

Foi apresentada uma declaração de voto pelo Partido Socialista, nos seguintes termos: -----
*“Abstivemo-nos na votação porque:-----
não obstante reconhecermos a dificuldade criada à população utente do Serviço Nacional de Saúde pelo encerramento da Maternidade de Santa Maria Maior em Barcelos e o agravo que esse encerramento implica para a população do concelho de Esposende, não podemos ignorar o relatório da Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal, acerca da requalificação dos serviços de urgência pré-natal no qual é expressamente dito que o Hospital de Barcelos é um dos que não cumprem os requisitos obrigatórios em termos de recursos humanos, equipamento e movimento assistencial para garantir a segurança no atendimento ao parto.-----
Sendo estas insuficiências incontornáveis no contexto dos recursos humanos disponíveis, nomeadamente obstretas, anestesistas e pessoal auxiliar especializado afigura-se-nos que o encerramento da Maternidade de Barcelos é inevitável para que se cumpram as recomendações da Organização Mundial de Saúde. Por isso não podemos acompanhar o voto de protesto porque aquilo que está em causa é a segurança dos parturientes, que, nas actuais condições, e sem um incremento dos recursos humanos incorporados no Serviço Nacional de Saúde, não pode ser assegurado.”* Seguem-se assinaturas.-----

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, cuja cópia foi oportunamente distribuída a todos os elementos.-----

O Sr. Presidente da Câmara, usando a palavra, comentou as intervenções feitas no período anterior referindo sobre a Necrópole de Fão que concorda com a expressão proferida pelo Presidente da Mesa, pois não faz sentido entregar ao poder central a gestão daquilo que é nosso. Qualquer decisão sobre a Necrópole passará por esta Assembleia Municipal, não concordando que seja o Estado a governar que é nosso, pois a Ponte de Fão é classificada e por isso levou mais 8 meses por causa do IPAAR.-----

Vamos começar a poupar papel e tempo, pois há uma tendência de imputar à Câmara Municipal tudo o que tem a ver com a Ponte, mas a responsabilidade da ponte é do Estado e os

caminhos alternativos são da responsabilidade das Estradas de Portugal. Depois da recuperação será interdita, sendo apenas permitida a pesados de passageiros. Quanto ao referido por Luís Bastos disse que já há bastante tempo que tem material para publicar o Boletim Cultural, tendo sido tudo maquetizado na Câmara Municipal. O livro (porque ler é importante) será distribuído por todos os membros da Assembleia, vindo a ser publicados outros que estão em fase de elaboração.-----

Quanto ao referido pelo Sr. Pilar comentou que alguns dos assuntos já foram levantados pelo Presidente da Junta em reunião da Câmara, no que diz respeito à iluminação junto ao IC1 que foi uma opção tomada na altura em que foi executado. Já foi oficiado ao IE para procederem à iluminação, mas estes transmitiram que não havia problemas de segurança, mas que a Câmara Municipal podia tentar aproveitar o processo da variante 103-1 para resolver o problema.-----

Quando o Governo concessionou as zonas de jogo foi decidido que as contrapartidas seriam entregues aos municípios sede e limítrofes, tendo liderado um movimento de contestação ao governo aquando da renovação das concessões sem concurso, pois essas verbas não foram distribuídas pelos municípios. Estamos na fase de elaboração do plano estratégico do desenvolvimento do turismo em Esposende. A Câmara Municipal não tem receitas provenientes do turismo, pois não recebemos IVA turístico. Neste período da Páscoa houve unidades hoteleiras com a ocupação da 100%, 90% e 97%, etc e algumas com 10% e 15%, e isto tem a ver com qualidade. É isto que conta quanto ao turismo e esquecemos os privados nesta matéria tem um papel fundamental. Nos contactos que fizemos com a restauração, questionamos 80% dos estabelecimentos e verificamos um aumento de clientes de turistas de nacionalidade espanhola. Quanto ao futuro e quanto à estratégia a seguir vai ser definida com o novo PDM.-----

Quanto à questão da maternidade comentou a opinião de José Luís Ribeiro quando critica a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, pois a Câmara Municipal tem mantido contactos com a Câmara Municipal de Barcelos, mas não pode suportar os custos com a deslocação de autocarros para participar na manifestação de Lisboa. Uma vez que o Tribunal pediu esclarecimentos, enquanto o Ministro não os fornecer o encerramento não ocorre.----- Também conheço o relatório que diz ser falta dos meios técnicos e humanos, devendo-se então investir nesses mesmos.-----

Quanto ao PDM foi enviado o convite para a reunião, mas o técnico coordenador da equipa não pode estar presente. Já está agendada nova reunião para 08/05/2006, a partir das 14h30 – é especificamente para tratar do plano estratégico do 1.º PDM.-----

Foi solicitado o contributo de todos, não nos chegou qualquer proposta. Pedia que nos apresentassem propostas. Queria colocar uma questão: queria convidara Assembleia Municipal a tomar conhecimento do resultado da Eamb, a passar um dia com a Empresa Municipal, para conhecermos o resultado da opinião dos clientes, visitar obras, ir ao terreno ver como trabalham os nossos colaboradores, pedia que sugerissem o dia da semana ou fim-de-semana.--

Tomou a palavra a vereadora Emília Vilarinho, prestando esclarecimentos sobre a composição da nova Comissão do Conselho Municipal de Educação e apresentou os diversos procedimentos que entretanto ocorreram, nomeadamente a designação dos diversos elementos que a compões. Comentou que esta nomeação é coordenada pela área educativa.-----

Os elementos serão convocados para uma reunião do dia 17 de Maio, tem sido um prejuízo não termos o conselho constituído, porque há assuntos pendentes, por exemplo o encerramento de algumas escolas; a aprovação da Carta Educativa.-----

Seguiram-se vários pedidos de esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----
Ausentou-se José Maria Losa Esteves.-----
Ana Morgado pediu esclarecimentos sobre o encerramento do Museu Municipal em período longo, que obras se tratam e que justificação para tal período. Quanto ao Projecto Município Educador, não conseguimos compreender as medidas concretas que caracterizam este projecto, pedia pelos menos um exemplo. Quanto à Comissão Municipal de Acompanhamento da Gripe das Aves, questionou se é isto que a Câmara Municipal tem para apresentar ou se há outras medidas.-----
Carvoeiro interveio questionando se tenciona a Câmara Municipal desenvolver acções tendentes à avaliação do impacto do 1.º PDM deste concelho? A Câmara Municipal tenciona assumir uma posição mais activa quanto à problemática da maternidade? Relativamente ao Município Educador felicita a Câmara Municipal por participar neste projecto, pois pode constituir um alerta na educação dos jovens e crianças. Qual o ponto da situação?-----
Gostaria ainda de saber se o Sr. Presidente em parceria com a EPortugal está disposto a encetar diligências a fim de atenuar este quadro problemático, que traduz um acréscimo de despesas aos municípios. Deverá haver interesse em criar condições de segurança, por isso deve-se melhorar o piso.-----
Quer saber em concreto sobre a decisão definitiva de encerramento das escolas.-----
Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que respondeu: Orlando Capitão tem toda a razão nos comentários que fez. A DIM está a preparar uma informação que será constantemente actualizada e publicada no site da Internet.-----
O Sr. Presidente informou que os restantes esclarecimentos serão prestados pelos vereadores dos respectivos pelouros.-----
Quanto à questão do PDM, levantada pelo Carvoeiro comentou os diversos procedimentos que se tem seguido. Relativamente à maternidade já respondi anteriormente, penso que cada qual faz aquilo que entender a partir do momento em que o tribunal decidiu a providência cautelar o mais sensato é esperar pela decisão do tribunal.-----
Quanto à ponte de Fão, diversos problemas que se verificaram enquanto se reivindicou a obra, aí ninguém se manifestou, agora apresentam diversas reclamações. Desde há 4 anos a Câmara Municipal paga o acréscimo pelos transportes públicos que não usam a ponte.-----
Vou convidar as partes e as associações comerciais para avaliar o impacto do encerramento da ponte no comércio.-----
Emília Vilarinho respondeu que o Museu vai encerrar, impõe-se obras de requalificação e o período é muito curto. O espólio é muito vasto e importante.-----
Referindo-se a Esposende Município Educador diz que precisava de algum tempo para apresentar o assunto. No texto do Sr. Presidente estão alguns objectivos deste projecto, conceitos de educação, etc. Estamos em contactos para integrar a rede internacional. Em concreto, um projecto desta natureza tem de ser construído a partir de diferentes bases. A partir do Conselho Municipal de Educação vamos envolver os agentes educativos, alunos, professores, reorganização interna dos serviços, existe um grupo coordenador do projecto.-----
Vamos promover o Fórum Educação 2006, onde vamos tratar o movimento Município Educador; promover tertúlias na Casa da Juventude. Quanto ao encerramento das escolas, o ponto da situação é que o Ministério da Educação considera que o processo está encerrado. Já sabem qual é a nossa posição e já sabem quais as escolas que vão encerrar.-----

Jorge Cardoso referiu quanto à Gripe das Aves já se fez uma reunião de trabalho entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde para elaboração de plano de contingência. Foram convidados os Bombeiros, a Cruz Vermelha, Hospitais, GNR, Parque Natural e numa 1.^a reunião foram abordadas as medidas no imediato e a compilação da documentação. Numa 2.^a reunião as partes intervenientes falaram sobre um programa informático para recolha de informação do registo das aves.-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2006 – APROVAÇÃO: _____

Foi presente a acta da última sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e três de Fevereiro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E SETE VOTOS A FAVOR E QUATRO ABSTENÇÕES, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO. _____

03.02 – CÂMARA MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2005 – PROPOSTA: _____

Foi presente o relatório de Actividades e documentos de prestação de Contas da Câmara Municipal, respeitante ao ano de dois mil e cinco. Está junto o seguinte despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de vinte de Abril de dois mil e seis: “De acordo com o que decorre do preceituado na alínea c) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, apreciar e votar os documentos de prestação de contas, apreciação esta que, conxionada com o disposto no artº 49º do mesmo diploma, terá que ocorrer na sessão de Abril daquele órgão deliberativo. A competência de elaborar e aprovar o Relatório de Actividades e os de Prestação de Contas é cometida à Câmara Municipal, como decorre do disposto na alínea e) do nº 2 do artº 64º do mesmo diploma legal acima indicado, contudo, o nº 1 do artº 65º, também do mesmo texto legal, permite que a competência em apreço seja delegada pelo órgão executivo no seu Presidente, o que veio a ocorrer, como consta da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e oito de Outubro de dois mil e cinco. Assim, no uso de competência delegada, aprovo o Relatório de Actividades e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal referentes ao ano de dois mil e cinco, tudo conforme documentos em anexo. Mais determino que os mesmo sejam remetidos à Assembleia Municipal para o normal exercício, por parte desta, da competência já acima referida, propondo-se àquele órgão deliberativo que para cumprimento do estabelecido no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL – aprove o Resultado Líquido do Exercício, pelo valor positivo de um milhão cento e doze mil quinhentos e sete euros e quarenta e quatro cêntimos e seja aplicado da seguinte forma: a) Reservas Legais – cinquenta e cinco mil seiscentos e vinte e cinco euros e trinta e sete

cêntimos; Reservas Livres – um milhão cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e dois euros e sete cêntimos.” Segue-se data e assinatura. Fica arquivada cópia da presente proposta e seus documentos anexos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito: -----

---O senhor Presidente da Câmara explicou e apresentou a proposta. -----

---Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

---O senhor António Pilar questionou sobre “Manutenção de Espaços Verdes”, nomeadamente o estado do souto da Senhora da Saúde; espaço público no edifício Adão Vieira e canteiros interiores nos prédios da Rua Engº Losa Faria. Perguntou, ainda, quando estará concluída a requalificação da zona ribeirinha. -----

---O senhor Manuel Carvoeiro manifestou a intenção de apresentar uma intervenção sobre o assunto em apreço. -----

---O senhor Presidente da Mesa informou que neste ponto da Ordem do Dia não há intervenções, que deveriam ter sido apresentadas no período de antes da ordem do dia, já que este momento se destina à prestação de esclarecimentos. -----

---O senhor Tiago Saleiro manifestou a sua opinião de que discorda da posição da Mesa. -----

---O senhor Presidente da Mesa afirmou que não pretende limitar a faculdade de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, já que houve um período de mais de uma hora para essas intervenções. Salientou que se o senhor Manuel Carvoeiro entender apresentar questões de fundo coloca-as através de declaração de voto. Realçou que os membros não se encontram inibidos de fazer as suas intervenções políticas, só que não é este o momento próprio para esse efeito. -----

---O senhor Manuel Carvoeiro reafirmou pretender apresentar uma intervenção sobre o assunto em apreço. -----

---O senhor Presidente da Mesa sugeriu que a intervenção seja feita através de declaração de voto. -----

---De seguida, o senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelo senhor António Pilar e, relativamente à zona ribeirinha, comentou que o projecto da zona sul está praticamente concluído. Quanto ao da zona norte, esta tem equipamentos previstos que dependem de terceiros, não permitindo assim prever um prazo de conclusão. Comentou que, no entanto, ficará concluída dez anos mais tarde do que aquilo que deveria ter sido. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E UM VOTOS A FAVOR E DEZ ABSTENÇÕES, APROVAR O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

RESPEITANTES AO ANO DE DOIS MIL E CINCO.

O SENHOR ORLANDO CAPITÃO INFORMOU QUE O GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO POPULAR SE ABSTEVE EM VIRTUDE DE NÃO CONHECER O PLANO DE ACTIVIDADES PREVISTO PARA O ANO DE DOIS MIL E CINCO, O QUAL NÃO TEVE OPORTUNIDADE DE AVALIAR.

O SENHOR JOSÉ EDUARDO FELGUEIRAS, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPOSENDE, APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO: *“Abstenho-me por uma questão de coerência à forma como votei o orçamento de dois mil e cinco. Ponderei no ano passado a possibilidade de votar favoravelmente. Disse que não teria qualquer reboço votar favoravelmente quando víssemos a concretização de algumas necessidades que temos apresentado. No entanto, a Junta de Freguesia de Esposende tem sido ostracizada. Espero que este novo ciclo seja diferente.”*

O SENHOR MANUEL CARVOEIRO APRESENTOU A SEGUINTE DELIBERAÇÃO: *“Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mo senhor Presidente da Câmara Municipal e respectiva vereação, senhores Deputados Municipais, minhas senhoras e meus senhores, a análise que efectuámos sobre os documentos – Relatório de Actividades e Contas da Gerência de dois mil e cinco – não nos permite concordar, em absoluto, com a afirmação dos responsáveis directos pela Gestão Municipal quando afirmam que tem existido rigor na elaboração dos seus orçamentos e dos seus planos. É verdade, depois de, em jeito comparativo, compulsarmos documentos previsionais e de prestação de contas atinentes a anos anteriores, que os documentos hoje em debate demonstram algum esforço no sentido da eliminação do histórico desfasamento entre o expectável e o realizado. No entanto, tal desfasamento, ainda, aparece como um aspecto bem visível no que concerne aos documentos em apreço relativos ao ano de dois mil e cinco. Efectivamente, quer do lado das receitas, quer do lado das despesas designadamente de capital, os números apresentados denunciam a distância entre a actividade real e a actividade prometida. Numa análise mais focada, constata-se, pois, que a taxa de execução abaixo do esperado (despesas de capital) significa uma retracção de investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento do concelho, desde logo, em projectos e acções ligadas à preservação do meio ambiente, saneamento básico. Não olvidamos que alguns factores exógenos à gestão municipal contribuíram, certamente, para uma taxa de execução, no plano dos investimentos, aquém do desejado. Contudo, está bem claro que a discrepância ora sinalizada tem como fonte principal o empolamento quer das receitas, quer das despesas de capital no âmbito dos documentos previsionais. No entanto, à luz do rigor, sempre necessário nestas análises, não podemos deixar de reconhecer que, comparativamente a anos anteriores há um reforço de cuidados em áreas como habitação, protecção civil, acção social, recuperação de edifícios públicos, modernização de equipamentos. Esforço que deve ser prosseguido e alargado a outras vertentes. Face ao que vimos de afirmar, a CDU vai votar, abstendo-se. Disse.”* Segue-se data e assinatura.

03.03 – REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE ESPOSENDE – PROPOSTA:

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião realizada no passado dia treze do corrente, foi presente proposta de regulamento de exploração e funcionamento da estação central de camionagem de Esposende. Fica arquivada cópia da

presente proposta junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito: -----

---O senhor Presidente da Câmara explicou e apresentou a proposta. -----

---Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

---O senhor Orlando Capitão apresentou a seguinte intervenção: “Antes de me pronunciar sobre esta proposta de Regulamento, quero deixar um pedido ao senhor Presidente da Câmara para que nos esclareça sobre se, após a entrada em funcionamento desta Central, os autocarros que fazem as habituais carreiras continuam a parar ou não nas actuais paragens para receber passageiros e sua bagagens, incluindo as habituais paragens na cidade de Esposende. Se deixam de o fazer, como é assegurado o transporte dos passageiros até à Central de Camionagem, completamente deslocada do centro populacional. Terão como único meio o recurso a táxis? Conheço algumas cidades com central de camionagem ou mesmo central de transportes, mas cidades que dispõem de transportes urbanos, onde este problema, portanto, não se põe. Como vai ser em Esposende? Quanto ao Regulamento, nota-se uma certa confusão nalguns preceitos regulamentares, como, por exemplo: Um. O número quatro do artigo segundo determina que ‘a ECC destina-se exclusivamente ao uso por veículos de transporte colectivo de passageiros’. Dois. O número seis do artigo terceiro prescreve que ‘é proibido o estacionamento de qualquer veículo estranho ao funcionamento da ECC, no espaço desta, entre as zero horas e trinta minutos e as seis horas’. Três. O número doze do artigo nono diz que ‘É proibido o estacionamento de qualquer veículo estranho ao funcionamento da ECC no espaço desta durante todo o seu horário de funcionamento’. Parece que tudo isto poderia constar de um único normativo. Também me parece existir alguma confusão entre o disposto no número dois do artigo quinto e no número um do artigo oitavo. Com efeito: o número dois ao artigo quinto dispõe que ‘sempre que, por motivos de redução ou aumento de oferta ou outros, se verificarem alterações de horários, essas alterações terão de ser comunicadas à CME com a antecedência mínima de dois dias úteis’. O número um do artigo oitavo não refere dias nem horas úteis e prescreve simplesmente que ‘as empresas transportadoras obrigam-se a avisar a CME das modificações de horários e de tarifas pelo menos quarenta e oito horas antes da sua entrada em vigor’. Quarenta e oito horas são dois dias, só que aqui não precisam de ser úteis. O direito de ocupação dos espaços comerciais regulado pelo artigo vigésimo quinto pressupõe, embora o não refira expressamente, um prévio concurso para apresentação de propostas por escrito. Parece que a Câmara fixará uma base de licitação. Recebe propostas escritas e inicia a hasta pública com base na proposta escrita mais vantajosa ou, voltando atrás, com a base de licitação se não houver proposta superior. E quem pode licitar nesta hasta pública? Só os que apresentarem proposta escrita ou qualquer outro interessado? Nesta última hipótese, perde todo o interesse a fase das propostas por escrito. E se, na fase da hasta pública ninguém cobre a proposta escrita mais vantajosa? Como essa base não é ultrapassada, que acontece? Adjudica-se ou não? Nada disto é esclarecido nesta norma regulamentar. O artigo vigésimo nono determina que ‘os utentes deverão acatar as indicações do pessoal da ECC, sem prejuízo de reclamação que ao caso couber para o superior hierárquico daqueles...’. Creio que o que se pretendeu escrever foi ‘... daquele... (pessoal)’ e não ‘... daqueles (utentes)’. Por último, aparece uma enorme confusão na redacção do artigo trigésimo segundo. Este artigo aparece

com sete números, embora a numeração atinja os oito. Salta o número dois. Mas tudo isto parece um lapso. Será? Parece-me que o número um, que tem três alíneas (a, b e c), deveria ter mais três (d, e, f), estas em substituição dos números três, quatro e cinco. O número seis passaria a ser o dois; o número sete o três; e o número oito o quatro. E assim já se entenderia o que dispõe o número seis do Regulamento, número que não deveria ser seis, mas sim, como disse, o dois.” Segue-se data e assinatura. -----

---O senhor Manuel Carvoeiro comentou que o senhor Orlando Capitão mostrou a debilidade deste documento. Sugeriu, então que este assunto seja retirado e presente a uma próxima sessão. -----

---O senhor Presidente da Câmara comentou esta sugestão. Informou que as propostas serão analisadas e se se justificar serão corrigidas. Apelou para que o assunto seja votado, atendendo a que a Estação Central de Camionagem estará encerrada enquanto o seu regulamento não entrar em vigor. -----

---O senhor Presidente da Mesa sugeriu ao plenário que este assunto seja votado e posteriormente preparada proposta de alteração, se efectivamente se verificar essa necessidade.

---O senhor Presidente da Câmara respondeu, então, que não está prevista a supressão de locais de paragem dos autocarros e que, com esta estação, se criará outro local de paragem. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR E SEIS ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA DE REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE ESPOSENDE. __

03.04 – INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE DE ANTENAS DE TELECOMUNICAÇÕES EM ÁREAS CLASSIFICADAS NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL COMO AGRO-FLORESTAIS – RECONHECIMENTO DO INTERESSE LOCAL – PROPOSTA: _____

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião realizada no passado dia treze do corrente, foi presente a seguinte proposta: “Decorre dos processos de licenciamento municipal nº 395/2003, 230/2003 e 421/2003, em que são requerentes OPTIMUS – Telecomunicações, S.A.; Vodafone Telecel, S.A.; e TMN, S.A., respectivamente, a necessidade de decidir sobre a autorização de instalação de estações de infraestruturas de suporte de antenas de telecomunicações, situadas em área classificada como agro-florestal, no Plano Director Municipal. De acordo com o disposto no regulamento do PDM, em áreas classificadas como agro-florestal, só é possível a implantação de equipamentos privados se for expressamente reconhecida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o interesse local dos mesmos. Assim e para o normal desenvolvimento dos processos, proponho que a Câmara Municipal delibere sobre o interesse ou não do reconhecimento do interesse local dos equipamentos em causa, e posterior remessa à Assembleia Municipal, para validação.”: ----

---O senhor Presidente da Câmara explicou e apresentou a proposta. -----

---Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

---O senhor Tiago Saleiro questionou sobre quais os critérios que sustentam esta proposta. -----

---O senhor António Catarino, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Boa comentou que estes processos foram iniciados em dois mil e três. Informou ter conhecimento que em dois mil e cinco entrou um processo para instalação idêntica na freguesia de Fonte Boa, em área que considera agro-florestal. Sugeriu que todos os processos sejam apensos, por uma questão de economia processual. -----

---O senhor Presidente da Câmara comentou que a Câmara Municipal não se pronuncia sobre a localização das antenas, mas somente sobre a respectiva infraestrutura de suporte às torres. Solicitou que o processo em apreço e respeitante à infraestrutura de Palmeira de Faro, seja retirado, atendendo a que se verificaram, entretanto, algumas discrepâncias quanto à sua exacta localização. Informou que a Câmara Municipal chegou a colocar a hipótese de apresentar uma proposta de autorização genérica, no entanto, concluíram que seria preferível a análise casuística. Relativamente à questão da infraestrutura de Fonte Boa, prestou os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

---O senhor Tiago Saleiro comentou que se estes terrenos são considerados agro-florestais, será porque existe interesse ambiental. Perguntou se foram colocadas aos operadores outros locais para as instalações. -----

--O senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal tem de, ao indeferir os pedidos, indicar outro local num raio de cinquenta metros. -----

---O senhor Presidente da Mesa informou o plenário que é retirado o processo respeitante a Palmeira de Faro -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR E SEIS ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA E RECONHECER O INTERESSE LOCAL DA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE DE ANTENAS DE TELECOMUNICAÇÕES EM ÁREAS CLASSIFICADAS NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL COMO AGRO-FLORESTAIS, NOMEADAMENTE: ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES EM VILA CHÃ, REQUERIDA POR “VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.” – PROCESSO NÚMERO 230/2003; ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES EM SÃO LOURENÇO, FREGUESIA DE VILA CHÃ, REQUERIDA POR “OPTIMUS – TELECOMUNICAÇÕES, S.A.” – PROCESSO NÚMERO 395/2003; E ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES EM LUGAR DE ALDEIA DE BAIXO, FREGUESIA DE VILA CHÃ, REQUERIDA POR “TMN – TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS NACIONAIS, S.A.”--

03.05 – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE – PROPOSTA:

Foi presente uma proposta de revisão ao regimento desta Assembleia Municipal. Fica arquivada cópia da presente proposta junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito: -----

---Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Presidente da Mesa agradeceu colaboração da Comissão pelo seu empenho e procura do consenso no Projecto. Referiu que os membros informem quais os artigos que pretendem substituir.-----

Interveio Orlando Capitão que sugeriu as seguintes alterações:-----

“Sobre esta proposta de Regimento direi apenas o seguinte:-----

1 – Há que corrigir os seguintes lapsos:-----

a) Na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, deve substituir-se a redacção “com cessação dos motivos que lhe deram origem” por “com a cessação dos motivos que lhe deram origem”;-----

b) No n.º 4 do artigo 16.º deve substituir-se correspondente por correspondentes;-----

c) No n.º 5 do artigo 43.º deve substituir-se “... da alínea 2.ª...” por “... do número 2...”--

2 – O Grupo Político do CDS-PP regista, com muito agrado, a introdução, no Regimento, de um artigo sobre o direito de petição, direito que, de resto, já se encontra consagrado na lei. A referência a este direito no Regimento mostra que a Assembleia Municipal de Esposende se encontra aberta aos munícipes.-----

Para não banalizar este direito e não afectar a dignidade e o prestígio deste órgão municipal, são estabelecidas determinadas regras para a sua utilização.-----

Espero, no entanto, que, sem violar a lei, haja alguma maleabilidade na aplicação do n.º 5 do artigo 43.º do Regimento, dado que o interesse público municipal nem sempre é definido pelo número de assinaturas. Podem surgir petições com menos assinaturas que as por ele exigidas que versem assuntos de interesse público municipal de grande importância.-----

Como também uma petição com 250 ou mais assinaturas pode versar sem qualquer interesse para o concelho. Neste caso, lá estará o relatório da Comissão Permanente para pôr as coisas no seu lugar. No caso que atrás referi, penso que, sem ofensa da lei, a mesma Comissão, ainda que não obrigada a isso pelo Regimento, poderá elaborar relatório e submetê-lo ao plenário.”
Segue-se data e assinatura.-----

Interveio Manuel Carvoeiro que sugeriu a alteração ao art.º 23.º e 38.º por forma a que fossem também aí contempladas as moções.-----

Interveio Tiago Saleiro, do Grupo Político do PS, agradeceu a forma como foram dirigidos os trabalhos da Comissão e a colaboração dos restantes elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO REGIMENTO COM A EXCEPÇÃO DOS ART.ºS 23.º E 38.º.-----

FOI APRESENTADA UMA PROPOSTA POR MANUEL CARVOEIRO, POR FORMA A QUE NO ART.º 23.º NA ALÍNEA B) ART.º 38.º SE ACRESCENTASSE “MOÇÕES”.-----
SUBMETIDA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DA ALTERAÇÃO DA ALÍNEA B) DO ART.º 23.º E DO ART.º 38.º, NOS TERMOS ATRÁS REFERIDOS, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito os senhores José da Cruz Carvoeiro que teceu comentários à intervenção de Afonso Novo quanto à comemoração do 25 de Abril. Carlos Camacho solicitou que os documentos foram prometidos sejam entregues a fim de permitir a realização de um bom trabalho da comunicação social. Por fim, João Lopes comentou o estado do pavimento de algumas ruas da freguesia de Gandra e questionou se é possível o arranjo da Rua de N.ª Sr.ª de Guadalupe.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que as deliberações tomadas na presente sessão, fossem aprovadas em minuta, para efeitos imediatos, QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta das deliberações tomadas na presente sessão, que, depois de lidas, foram submetidas à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovadas por unanimidade dos presentes. -----

---Sendo uma hora, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
